

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento curto estrangula atividades da Receita Federal ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro e o reajuste do mínimo - VINICIUS TORRES FREIRE ..... 4

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro mantém liberação de consignados a beneficiários de programas ..... 5

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo do Auxílio Brasil custa até 87% a mais em juros do que outros consignados  
(Auxílio Brasil) ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Nas eleições, Codevasf acelera entregas e libera R\$ 100 mil por hora ..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo de SP mantém feriado na sexta antes da votação ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
SERVIDOR PÚBLICO

Para Meirelles, Lula tende a repetir o primeiro mandato ..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula: esta eleição é "anormal" ..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Meirelles realinha discurso para se aproximar de Lula na corrida por ministério ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo Congresso faz PT desistir do plano de reestatizar a Eletrobras ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e 'metacommerce' - OPINIÃO JURÍDICA ..... 18

ZERO HORA - RS - ELEIÇÕES 2022  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula defende isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil ..... 19

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

BC mantém Selic em 13,75% e não descarta nova alta ..... 20

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - O DIA NAS ELEIÇÕES 2022  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula defende a taxaço de grandes fortunas ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Inflação do DF no topo do IPCA-15** ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Um urgente plano econômico (Editorial)** ..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Programas preveem alteração no teto de gastos** ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Próximo governo não terá "lua de mel", diz Carlos Kawall** ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Criação de empregos formais desacelera** ..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Dívida pública recua 0,5%** ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**O tempo nublado e o Copom - CELSO MING** ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO  
ECONOMIA

**'Dólar Coldplay' batiza crise argentina** ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

**Metas atuais de corte de emissões não bastam, diz ONU** ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Com dúvidas sobre início de corte da Selic, analistas recomendam cautela** ..... 39

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF  
ECONOMIA

**Previsão de inflação em outubro: Brasília registra a maior entre 11 cidades pesquisadas**  
..... 40

# Orçamento curto estrangula atividades da Receita Federal

*Lu Aiko Otta e Estevão Taiar De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

# Bolsonaro e o reajuste do mínimo - VINICIUS TORRES FREIRE

**VINICIUS TORRES FREIRE**

A ideia de mudar o reajuste do salário mínimo estava mesmo em estudo no governo de Jair Bolsonaro (PL). Apenas videntes poderiam dizer se o estudo viria a ser um projeto. Mas acabar com reajustes automáticos de despesa social, embora não do mínimo, sempre foi um plano de Paulo Guedes.

Desde o início do governo, o ministro da Economia dizia que seu projeto maior para o Orçamento era também desindexar as despesas. Isto é, acabar com o reajuste automático, obrigatório, segundo um indicador qualquer, tal como a **inflação** passada, por exemplo.

Aposentadorias, pensões e outros benefícios do **INSS**, seguro-desemprego e abono salarial levam 51,3% da despesa do governo federal. Todos são reajustados pelo menos pela **inflação** passada, pelo INPC, direta ou indiretamente. A despesa obrigatória com saúde e educação leva pelo menos 6% e é corrigida pelo IPCA. Apenas aí foram 57,3% do Orçamento.

Se Paulo Guedes não queria desindexar essas despesas, acabar com o reajuste obrigatório, mexeria então no quê?

Sobra pouco para mexer. Cerca de 20% do gasto com governo é despesa com salário e aposentadoria de funcionário público. A Constituição determina "revisão geral anual" dos vencimentos, mas não especifica o reajuste. O governo pode mexer aí, como o fez com o congelamento quase geral dos salários de servidores federais, depois da epidemia. Mas não pode achatar a remuneração a perder de vista. De qualquer modo, não há indexação explícita neste caso.

Então, qualquer tentativa relevante de desindexar, desvincular e desobrigar, os "3Ds" de Guedes, implicaria acabar com reajustes automáticos e gasto obrigatório em benefícios sociais e em saúde e educação.

Se Guedes diz que não quer mexer nisso, seu projeto "3D" era ficção. Ou tinha planos apenas para conter um pouco de gastos minoritários, vários "imexíveis" também. Cerca de dois terços do gasto total são indexados ou vinculados (por exemplo, o gasto do Fundeb ou o dinheiro que vai para o Distrito Federal aumenta quando também aumenta a receita do

governo). Ou seja, fora **INSS**, educação e saúde obrigatórios, sobrariam uns 10% do Orçamento para mexer um tico.

Desde o início do governo Bolsonaro há "estudos" sobre o assunto, os "3Ds". Praticamente nada foi adiante, nem mesmo como proposta. Mas sempre foi o plano declarado de Guedes. O ministro diz muita vez e outra que o Congresso deveria ser livre e desimpedido de decidir o que fazer do Orçamento.

O Congresso, porém, não quer se meter nisso ou pelo menos jamais quis. Quer um pedaço do Orçamento a fim de beneficiar currais eleitorais. Mas, mesmo neste país virado do avesso com entranhas podres, seria difícil ver a maioria votar pela redução do valor real das aposentadorias do **INSS** ou, menos ainda, do salário mínimo.

Francamente, um plano desses, de baixar o valor real do mínimo, nem desceria a ladeira que vai do ministério da Economia ao Palácio do Planalto. Se rolasse até lá, dificilmente atravessaria a praça para chegar ao Congresso. Nem mesmo o plano em estudo, de mudar a correção para um índice TALVEZ inferior ao da **inflação** passada, iria adiante.

A mera sugestão de desvincular o valor do piso dos benefícios do **INSS** do salário mínimo causa escândalo (assim, poderia haver reajuste real do mínimo sem aumento maior de gasto do **INSS**, mesmo que ainda houvesse correção de aposentadorias etc. pela **inflação**).

O fato é que o governo Bolsonaro não tinha projeto algum, a não ser o de destruição institucional. Mas tinha "ideias", como variantes de CPMF, de faturar trilhão com privatizações e os "3Ds". Quem pariu Mateus que o embale.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

77

# Ministro mantém liberação de consignados a beneficiários de programas

*Publicado em 27/10/2022 - 09:08  
Agência Brasil\* - Brasília*

*Por*

A norma que amplia a margem de crédito consignado e prevê a liberação dessa modalidade para beneficiários de programas sociais teve a validade mantida pelo ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele, em sua decisão divulgada nessa quarta-feira (26), rejeitou o pedido de medida cautelar feito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7223.

O PDT questiona a mudança nas regras de acesso aos empréstimos consignados determinadas pela Lei 14.431/2022. Entre as alterações está a autorização para que os cadastrados no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de programas federais de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, possam fazer empréstimo consignado.

O PDT questiona, entre outros argumentos, a possível ampliação do superendividamento dos beneficiários que aderirem a essa modalidade de crédito. Para o partido, o empréstimo consignado torna vulnerável quem contraiu o crédito, uma vez que parte da renda fica comprometida antes mesmo do recebimento.

Na sua decisão, o ministro entendeu não haver urgência no pedido, um dos requisitos para a concessão de liminar, pois o aumento da margem de créditos consignados não é novidade, e a ampliação desse tipo de crédito tem sido constante nas últimas décadas. Marques ressaltou ainda que os empréstimos são liberados a partir de análise de crédito e de risco realizada pelas instituições financeiras privadas ou públicas, com habilitação no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ou no Ministério da Cidadania.

\*Com informações do STF

**Site:**

**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-10/ministro-mantem-liberacao-de-consignados-beneficiarios-de-programas>**

# Empréstimo do Auxílio Brasil custa até 87% a mais em juros do que outros consignados (Auxílio Brasil)

**Clayton Castelani**

O valor pago em juros do empréstimo consignado do Auxílio Brasil pode custar até 87% mais do que outras modalidades de crédito com desconto na renda de assalariados dos setores público e privado ou de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), segundo simulação realizada pela Anefac (associação dos executivos de finanças).

Apesar do custo e a despeito de a medida ter sido criada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) em período eleitoral, especialistas do setor financeiro dizem que a modalidade proporciona o único crédito possível a pessoas que não têm acesso a financiamento para despesas emergenciais.

A Anefac calculou quanto o devedor pagaria por um empréstimo de R\$ 2.582,88 a ser quitado em 24 parcelas nas quatro modalidades de crédito consignado citadas. O valor e o prazo são os máximos permitidos pela regra do empréstimo do Auxílio Brasil.

Para o Auxílio Brasil, a taxa mensal considerada foi a de 3,45% oferecida pela Caixa Econômica Federal .

Quanto aos juros das outras modalidades, os índices aplicados foram de 1,94% (**INSS**), 1,96% (servidor público) e 2,64% (empregado do setor privado). Essas são as médias calculadas com base em cerca de 40 instituições que informaram ao Banco Central os valores que praticavam na primeira quinzena deste mês.

A taxa máxima para o consignado do **INSS** é de 2,14% ao mês.

Na comparação mais desvantajosa para o empréstimo do Auxílio Brasil, que é em relação ao consignado do **INSS**, o beneficiário do auxílio tem uma taxa anual de juros de 50,23%, enquanto o aposentado ou pensionista paga 25,93%.

Transformando essa diferença em reais, o total debitado do auxílio em dois anos será de R\$ 3.840, dos quais R\$ 1.257 serão para o pagamento de juros.

Esse valor representa um aumento de 87% em relação aos R\$ 672 dos juros do consignado do **INSS**.

Os valores do custo do consignado do Auxílio Brasil foram calculados sobre parâmetros oferecidos pela Caixa em suas páginas na internet. Procurado, o banco não confirmou os cálculos.

O custo superior ao de outros tipos de consignado não significa que o empréstimo do Auxílio Brasil é ruim para os beneficiários. Segundo especialistas, esse empréstimo tem uma função social importante quando utilizado em situações emergenciais.

"Uma pessoa pode pegar esse empréstimo para quitar um financiamento mais caro ou para comprar uma geladeira, caso a dele esteja danificada. Em alguns casos, faz sentido", diz Andrew Storfer, diretor de economia da Anefac.

"Ninguém nega o problema do superendividamento das famílias no Brasil, mas é absolutamente legítima a oferta e a busca por crédito por pessoas que estão negativadas e sem acesso a outras possibilidades de financiamento", afirma Luis Eduardo da Costa Carvalho, presidente da Acrefi (associação das empresas de crédito e investimento).

Carvalho ainda ressalta que o risco para a instituição que empresta o recurso não é superior ao de outras modalidades de consignado, pois o órgão pagador do benefício é o governo federal.

O risco de calote relativamente baixo, porém, não resultou em um crédito mais barato, além de não ter despertado o interesse do setor financeiro em oferecer o crédito autorizado pelo governo. Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander confirmaram à Folha que não ofertam o empréstimo do Auxílio Brasil.

Storfer e Carvalho explicam que a principal dificuldade em operar esse tipo de crédito neste momento é que o dinheiro está caro devido à elevação mundial das taxas de juros para o combate à **inflação**.

Oferecer um crédito que potencialmente será requisitado por milhões de pessoas requer ter muito

dinheiro em caixa. Para encher seus cofres, bancos disputam investidores e, em tempos de títulos do governo pagando juros altos, as instituições precisam entregar retornos elevados para atrair clientes.

Nesse contexto, o crédito consignado, que tem taxa modesta para os parâmetros do mercado brasileiro, pode trazer pouca vantagem em relação ao custo de captação do dinheiro. Além disso, é preciso gastar com a estrutura para fazer o negócio. Tecnologia, segurança contra fraudes e funcionários custam caro para o setor.

Uma forma de os bancos aumentarem seus lucros é aproveitar a entrada de um novo cliente, que pode ter chegado à instituição para tomar um empréstimo consignado, para vender a ele outros produtos financeiros, mais vantajosos para a instituição.

A construção desse relacionamento entre empresa e cliente, porém, é menos promissora quando quem toma o crédito o faz para ter acesso a alimentos e outras necessidades básicas, diz Storfer. "Para quem empresta não é tão atraente."

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/emprestimo-do-auxilio-brasil-custa-ate-87-a-mais-em-juros-do-que-outros-consignados.shtml>**

# Nas eleições, Codevasf acelera entregas e libera R\$ 100 mil por hora

**Flávio Ferreira e Artur Rodrigues são paulo**

A Codevasf, estatal turbinada por Jair Bolsonaro (PL) em troca de apoio político, acelerou no período eleitoral as entregas de máquinas, veículos e produtos a redutos de padrinhos de emendas parlamentares, liberando verbas em um ritmo de R\$ 100 mil por hora.

O valor recorde inclui a distribuição de mais de 100 mil itens avaliados em R\$ 247 milhões, desde julho, quando tem início uma série de restrições da legislação eleitoral.

Na semana passada, nas ruas centrais de Mossoró (RN), uma carreta com veículos ganhos da estatal chegou a ser realizada com participação do prefeito do município, Alysson Bezerra (Solidariedade).

No fim de setembro, na zona rural de Juazeiro (BA), houve a instalação de cisternas pela estatal em casas marcadas com adesivos de campanha do deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil-BA), aliado do presidente da República.

A escalada na entrega de bens na eleição fecha um ciclo na administração de Bolsonaro pelo qual a Codevasf mudou sua vocação histórica de fazer projetos de irrigação no semiárido para se tornar distribuidora de produtos e executora de obras de pavimentação.

A guinada se deu com a injeção de centenas de milhões de reais em emendas parlamentares, principalmente de relator.

Para escoar os valores, a Codevasf chegou a criar um catálogo de bens para políticos escolherem como agradar seus redutos e indicarem onde, quando e como gastar.

O roteiro acontece também após brecha aberta por lei e manobras na documentação das distribuições para driblar a legislação que impede entregas pelo governo em ano eleitoral. Mas essas medidas podem ser declaradas inconstitucionais pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por uma ação protocolada pela Rede em 2021.

Os dados das liberações deste ano foram obtidos pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação.

Pelos números da Codevasf, as distribuições de 2022 já bateram um recorde histórico, proporcionalmente, com um total de R\$ 529 milhões até as eleições e outros R\$ 18 milhões nos primeiros dez dias de outubro, totalizando 251 mil itens.

Os dados mostram aceleração no período eleitoral. Em janeiro, foram R\$ 28 milhões em doações e, em julho, elas chegaram a R\$ 90 milhões. No mês que antecedeu a eleição, o total foi de R\$ 83 milhões.

As entregas geralmente envolvem propaganda por parte das prefeituras e entidades atendidas, com foto dos equipamentos e agradecimento ao padrinho político da emenda.

O item que mobilizou mais gastos foi o chamado kit agrícola, que inclui trator, carreta, plantadeira e grades. Neste ano, foram R\$ 73 milhões gastos com esse tipo de material. Em seguida vêm as motoniveladoras (R\$ 70 milhões), caminhões de lixo (R\$ 59 milhões), pá-carregadeiras (R\$ 44 milhões) e caminhões-pipa (R\$ 35 milhões).

As cidades que mais receberam doações são redutos eleitorais de parlamentares do centrão e aliados do presidente Bolsonaro.

No top 10 de municípios beneficiados, três estão no Rio Grande do Norte (Mossoró, Caicó e Assu), estado do ex-ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho (PL). O bolsonarista, que há quatro anos ficou como suplente para deputado federal, foi eleito senador pelo estado no começo deste mês.

E foi na cidade de Mossoró, a terceira do país que mais recebeu doações da Codevasf em 2022, que o uso político das liberações foi explicitado na última quinta-feira (20).

Um desfile com cinco caminhões-pipa, quatro caminhões basculantes e dois caminhões com carroceria de madeira entregues pela estatal percorreu as ruas centrais da cidade fazendo um buzinaço.

No mesmo dia, o prefeito de Mossoró, Alysson Bezerra, gravou um vídeo veiculado em redes sociais para agradecer ao ex-ministro e ao presidente pelo envio dos equipamentos.

Bezerra é um dos citados em investigações da Justiça Eleitoral contra Marinho sob suspeita de abuso de poder político e econômico, nas quais há relatos de que prefeitos passaram a apoiá-lo após repasses da Codevasf e do ministério que ele comandava.

O material traz também áudios de políticos que revelam pressão sobre funcionários públicos para favorecer o ex-ministro e Bolsonaro.

O segundo colocado na disputa ao Senado contra Marinho, Carlos Eduardo (PDT), foi o autor dos pedidos de investigação.

De acordo o levantamento do adversário, 110 prefeitos que apoiaram Marinho receberam repasses do governo federal que totalizaram R\$ 482 milhões.

Antes de receber os recursos federais, o prefeito de Mossoró chegou a dizer à imprensa estar inclinado a apoiar o ministro das Comunicações, Fábio Faria, ao Senado. Em entrevista, ele afirmou que esperava mais de Marinho, além de repasses a outros municípios.

Foi também nesse município que um pátio inteiro com dezenas de caminhões, tratores e máquinas que era usado pela Codevasf foi esvaziado no mês que antecedeu as eleições, como a Folha revelou.

"Nosso apoio à candidatura de Rogério Marinho ao Senado foi um apoio de reconhecimento ao trabalho que Rogério fez nesses últimos anos no ministério", afirmou Allyson, em nota.

Em Juazeiro (BA), a estatal doou e instalou cisternas às vésperas da eleição em residências marcadas com adesivos de propaganda de um deputado federal aliado do presidente Bolsonaro.

As casas continham material de campanha com o nome de Elmar Nascimento, líder da União Brasil na Câmara dos Deputados, que acabou sendo reeleito com a segunda maior votação na Bahia.

Elmar indicou o atual presidente nacional da Codevasf e o superintendente regional da estatal na Bahia.

Questionada, a Codevasf afirmou que as transferências de bens em 2022 ocorreram em conformidade com a legislação. "Doações servem ao interesse social e ocorrem continuamente no contexto de projetos e ações de desenvolvimento regional integrado e sustentável, afirma a estatal, em nota.

Rogério Marinho, por sua vez, refutas as acusações contidas nas investigações eleitorais e disse que em uma das ações já se mostrou "a proporcionalidade dos

recursos enviados não somente aos municípios do Rio Grande do Norte, mas também a estados da região Nordeste com população correlata".

"Discursos de aliados políticos, simpatizantes ou pessoas afeitas à candidatura do senador eleito e que por acaso tenham passado dos limites da lei, não tiveram autorização ou anuência do então candidato", diz a nota.

Colaborou João Pedro Pitombo

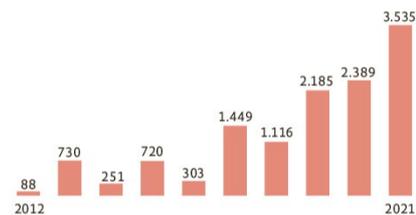
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50077>**

### Codevasf acelerou doações no ano eleitoral

#### Termos de doação por ano

Em número de processo



\*Até 10.out

#### Doações em 2022

Em R\$ milhões



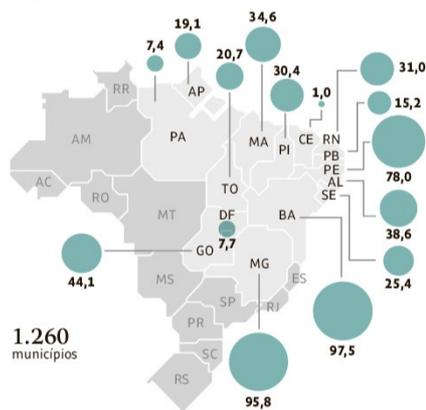
#### Itens que geraram maior gasto

Em R\$ milhões



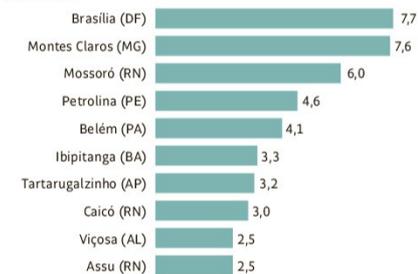
#### Quando os estados receberam

Em R\$ milhão



#### Principais cidades

Em R\$ milhões



Fonte: Codevasf

# Governo de SP mantém feriado na sexta antes da votação

*Priscila Camazano são paulo*

O Governo de São Paulo anunciou que manterá ponto facultativo na sexta-feira (28), Dia do Servidor Público, tanto no estado quanto na capital. Com isso, cerca de 500 mil funcionários públicos -exceto os que prestam serviços essenciais- serão beneficiados a dois dias antes do segundo turno das eleições.

São Paulo é o estado com maior colégio eleitoral do país, e a emenda pode aumentar a abstenção.

Para evitar o "feriadão", outros estados anteciparam ou adiaram o ponto facultativo, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Alagoas. A maioria o transferiu para 14 de novembro, véspera do feriado da Proclamação da República.

Em meio a preocupações com o aumento da abstenção no segundo turno, a Prefeitura de Mogi das Cruzes, na região metropolitana de São Paulo, mudou de sexta (28) para segunda (31) o Dia do Servidor, e decretou ponto facultativo na terça (1º), véspera do Dia de Finados.

Para facilitar a locomoção dos eleitores no dia do pleito, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) anunciou nesta segunda (24) que a capital paulista disponibilizará transporte público coletivo (ônibus e microônibus) gratuito no domingo (30).

Disse ainda que porá 2.000 ônibus extras no domingo, como no primeiro turno.

Segundo a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, o governo estadual ainda está analisando a possibilidade da gratuidade se estender para trens e metrô.

A possibilidade do passe livre passou a valer depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou administrações municipais e concessionárias a fornecerem o transporte gratuitamente nas eleições, sem que os gestores ficassem sujeitos a acusações de crime eleitoral ou improbidade.

A ideia é garantir às pessoas condições para que exerçam o direito de votar -que, no Brasil, é também uma obrigação.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**77**

# Para Meirelles, Lula tende a repetir o primeiro mandato

*Alex Ribeiro De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=2&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=2&section=3)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Para Meirelles, Lula tende a repetir o primeiro mandato

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=2&section=3](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=2&section=3)

# Lula: esta eleição é "anormal"



**gabriela ornelas**

Em entrevista a uma rádio de Manaus, ontem, o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou duramente o presidente Jair Bolsonaro (PL) por implantar no país um "clima de ódio" e por tornar instável o processo eleitoral. Segundo o petista, vive-se, atualmente, uma situação "anormal".

"Antes era assim: quem perdia a eleição, ia para casa se lamentar e já se preparar para a próxima eleição. E quem ganhava, tomava posse e começava a governar. Hoje, estamos em uma eleição anormal, pois temos um cidadão anormal governando esse país, que não conhece a Zona Franca de Manaus e que está se propondo a acabar com ela", criticou o candidato à Rádio Mix, da capital amazonense.

Em maio passado, o presidente foi criticado por baixar um decreto que zerou a alíquota do Imposto sobre Produtos Importados (IPI) sobre as empresas que concorrem pelo mercado com as da ZFM - o que prejudicou aquelas que fazem parte do complexo industrial amazonense. Diante da reação negativa, o governo voltou atrás após e, em entrevista no início deste mês, o presidente garantiu que a Zona Franca não sofrerá intervenção.

Lula prosseguiu atacando Bolsonaro: "Esse cidadão criou um ódio que não existia nas eleições anteriores. Disputei duas com o Fernando Henrique Cardoso, uma com José Serra, uma com o Fernando Collor e outra com o Geraldo Alckmin. E quando acabava as eleições, o Brasil voltava à normalidade. Hoje, as famílias estão brigando. Pai não conversa com filho, a sogra não conversa com a nora", lamentou.

Para o petista, o pleito atual não é apenas uma disputa entre dois candidatos e entre dois grupos ideológico antagônicos. "É uma eleição entre a manutenção e a

recuperação do regime democrático no nosso país e a continuidade da barbárie que representa o governo Bolsonaro. E o povo vai decidir soberanamente. O que o povo decidir, todo mundo vai acatar porque não duvidamos da urna eletrônica", afirmou.

O presidenciável acredita, ainda, que o bolsonarismo continuará vivo depois das eleições, apesar da eventual derrota do projeto de reeleição do presidente. "O ódio e o fanatismo vão continuar por um tempo, mas acho que a gente vai ter um processo de reconciliação e estabelecer uma política de convivência com a sociedade brasileira", previu.

## Fortunas

Questionado se "chegou a hora" de taxar grandes fortunas e bancos, Lula afirmou que "chegou a hora, sempre é a hora". Ele ponderou, no entanto, que apesar de ser um defensor da medida, a maioria do Congresso se opõe à aprovação da medida.

"O problema é que você tem a maioria do Congresso Nacional que não quer. Até porque a maioria que está no Congresso Nacional é de pessoas que têm, de certa forma, posses, não são os pobres que estão dentro do Congresso. Essa gente não quer taxar seu próprio recurso, quando, na verdade, nós precisamos fazer as pessoas entenderem que pagar Imposto de Renda corretamente é fazer justiça nesse país", salientou o petista, ao defender uma política tributária progressista, na qual os ricos paguem mais e os pobres, menos.

O ex-presidente voltou a defender a isenção de **impostos** de pessoas que ganham até R\$ 5 mil. Nesta semana, o candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB), prometeu que Lula, se eleito, vai promover uma **reforma tributária** que incluirá a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição a cinco **tributos**. "A reforma ajudará a economia a crescer. O Brasil será outro", publicou o ex-tucano nas redes sociais. (Com Agência Estado)

Esse cidadão criou um ódio que não existia nas eleições anteriores.

Disputei duas com o Fernando Henrique Cardoso, uma com José Serra, uma com o Fernando Collor e outra com o Geraldo Alckmin. E quando acabava as eleições, o Brasil voltava à normalidade. Hoje, as famílias estão brigando." Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência

# Meirelles realinha discurso para se aproximar de Lula na corrida por ministério



Lula, o candidato ao governo paulista Fernando Haddad e Henrique Meirelles em SP. Marlene Bergamo - 19. set. 22 / Folhapress

**Alexa Salomão**

As discussões sobre quem pode compor a equipe econômica e ocupar o cargo de ministro da área em caso de vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste domingo (30) ganharam impulso na reta final da campanha. Lula mantém silêncio e nem quer tocar no tema antes do resultado. A bolsa de apostas, porém, ganhou novo fôlego após as últimas falas e aparições de Henrique Meirelles.

Dentro do PT, os nomes mais fortes para ocupar a pasta são três.

O primeiro é o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), que também é cotado para outras funções, como negociador político junto à Presidência ou ainda ministro da Saúde.

O segundo é o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que demonstra interesse na Economia, mas também poderia ir para o ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que tende a ser reconstituído num eventual governo Lula.

O terceiro é Fernando Haddad, que está em acirrada disputa pelo governo do estado de São Paulo e tem destino ainda incerto.

No entanto, chama a atenção dos próprios petistas que Meirelles emplacou uma corrida por fora. Ex-presidente do Banco Central em outras gestões de Lula, ele realinhou o discurso.

Em meados de setembro, quando abriu o voto no petista, Meirelles defendia a preservação da regra do teto de gastos, que foi elaborada justamente durante a sua gestão como ministro da Fazenda do presidente

Michel **Temer**. Na época, falava que haveria um rombo de R\$ 60 bilhões no Orçamento de 2023.

Nos últimos dias, porém, ele saiu em defesa dos pontos de vista do petista. Assumiu publicamente a projeção de um rombo na casa de R\$ 400 bilhões no Orçamento de 2023 e passou a defender que, por isso, seria prudente uma suspensão do teto de gastos no início do próximo governo.

Ou seja, uma espécie de freio de arrumação, como alternativa para garantir, entre outras medidas, a manutenção de um Auxílio Brasil de R\$ 600, promessa de campanha de Lula que Meirelles também afirma ser importante.

"Teríamos uma excepcionalidade, uma flexibilização apenas em 2023, para abrir espaço no Orçamento, que está sendo drenado por todas as benesses eleitorais", afirmou Meirelles. Na lista de problemas, diz ele, estão os efeitos da PEC Kamikaze e do orçamento secreto, com suas emendas de relator, medidas do atual governo que comprometem a saúde fiscal.

Meirelles defende que, nesse meio tempo, seria essencial votar as reformas tributária e administrativa, para abrir espaço no Orçamento.

As duas agendas também são importantes para o PT conseguir cumprir parte das promessas de campanha. A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física, dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 5.000, anunciada por Lula, depende de uma reorganização dos **tributos** sobre renda e empresas, incluindo instituir a cobrança sobre distribuição de lucros e dividendos.

Nesta quarta-feira (26) o ministro Paulo Guedes (Economia) respondeu publicamente as críticas contra a sua gestão ter furado o teto, dando estocadas em Meirelles.

"Nós furamos o teto porque é um teto muito mal construído", afirmou. "É tão mal construído que o economista, não é nem economista, o ministro que estão falando que vai ser do Lula, o Meirelles, nem economista é", afirmou, em meio a aplausos durante um evento na Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais).

Procurado pela Folha para avaliar o comentário, Meirelles achou graça. "Guedes disse várias coisas, entre outras, que Lula ia acabar com o FGTS e com o Simples, é tudo sinal de desespero", afirmou, negando que tenha tido qualquer discussão sobre ocupar algum ministério num eventual terceiro mandato de Lula.

A análise geral é que o teto de gastos está com os dias contados seja quem for o novo presidente. Lula fala abertamente em revogação do teto. Pelo lado de Bolsonaro, Guedes já anunciou o que chama de aprimoramento da regra, e há técnicos no governo preparando um novo arcabouço fiscal.

No entanto, a campanha de Lula vem sendo cobrada a dar clareza sobre o que vai colocar no lugar do teto. Quem vê a ascensão de Meirelles nos últimos dias argumenta que seria uma vantagem para Lula se o próprio, que é um dos pais do teto, pedisse a licença para elevar os gastos no primeiro ano de governo e um tempo para a revisão da regra fiscal.

Além da experiência na pasta, Meirelles tem a confiança de Lula, um pré-requisito importante para quem for ocupar o cargo, e a simpatia do mercado. Apenas outro nome tem posição similar, Luiz Carlos Trabuco, presidente do Conselho de Administração do banco Bradesco. No entanto, ele resistiu aos convites em outras ocasiões.

Economistas liberais que declararam apoio a Lula, como Arminio Fraga, apesar de serem reconhecidos como profissionais muito qualificados, enfrentariam forte resistência política para serem ministros da Economia, não apenas no PT, mas dentro da coligação que apoia o candidato. O mesmo vale para Persio Arida, ainda que ele tenha aberto o voto em Lula e desfrute da confiança e do apreço de Geraldo Alckmin, o vice na chapa petista. Arida foi coordenador do programa econômico de Alckmin quando ele disputou a Presidência em 2018.

Nos últimos dias, também passaram a ser avaliados eventuais candidatos a outros cargos. Despontam economistas como Felipe Salto e Bernard Appy.

Especialista em contas públicas, Salto ajudou a fundar e comandou a IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado. Atualmente, é secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Cogita-se o nome para o Tesouro Nacional. No primeiro turno, Salto abriu voto na chapa Lula-Geraldo Alckmin.

Appy, um especialista em tributação, foi titular da Secretaria de Política Econômica e da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais, ambas

ligadas ao Ministério da Fazenda, durante os governos Lula. Atualmente, é diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal). Avalia-se sua ida ao governo para justamente ajudar a destravar a **reforma tributária**.

Internamente, muita gente no PT gostaria que o Ministério da Economia fosse para Fernando Haddad (PT), que disputa o governo do estado de São Paulo com Tarcísio de Freitas (Republicanos). As pesquisas apontam que o desfecho do pleito ainda é uma incógnita.

Seus defensores dizem que ele é preparado para o posto. Haddad é advogado, com mestrado em Economia. Foi analista do antigo Unibanco e consultor da Fipe (Fundação de Pesquisas Econômicas). Antes de ser Ministro da Educação nos governos petistas, integrava a equipe do Ministério do Planejamento na gestão de Guido Mantega (2003-2004) e participou da elaboração do projeto de lei que instituiu no Brasil a PPP (Parceria Público-Privada).

No entanto, dentro de alguns segmentos do próprio partido, existe a percepção de que Haddad não seria bem recebido pelo mercado financeiro e alguns empresários mais conservadores, o que poderia prejudicar a interlocução com esse segmento. Tudo que um novo governo Lula não precisa, avaliam, é a má vontade dos agentes econômicos.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50077>**

# Novo Congresso faz PT desistir do plano de reestatizar a Eletrobras

*Raphael Di Cunto e Daniel Rittner*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Novo Congresso faz PT desistir do plano de reestatizar a Eletrobras

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

# Reforma tributária e 'metacommerce' - OPINIÃO JURÍDICA

*Dayana Uhdre é doutoranda pela Universidade Católica de Lisboa, procuradora do Estado do Paraná, professora e palestrante*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367)

# Lula defende isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil

Questionado na manhã de ontem se "chegou a hora" de taxar grandes fortunas e bancos, o candidato à Presidência pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que "chegou a hora, sempre é a hora". Ele ponderou, no entanto, que, embora seja um defensor da medida, a maioria do Congresso Nacional se opõe à aprovação da taxaço.

- O problema é que você tem a maioria do Congresso Nacional que não quer. Até porque a maioria que está no Congresso são pessoas que têm de certa forma posses, não são os pobres que estão dentro do Congresso - afirmou o ex-presidente durante entrevista à Rádio Mix de Manaus, via internet - Essa gente não quer taxai" seu próprio recurso, quando na verdade precisamos fazer as pessoas entenderem que pagar Imposto de Renda corretamente é fazer justiça nesse país - continuou Lula, ao defender política tributária progressiva, na qual os ricos paguem mais e os pobres, menos.

O ex-presidente voltou a defender a isenção de **impostos** de pessoas que ganham até R\$ 5 mil. Nesta semana, o candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB), prometeu que a chapa, se eleita, vai promover uma **reforma tributária** que incluirá a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição a cinco **tributos**. "A reforma ajudará a economia a crescer. O Brasil será outro", publicou o ex-tucano em redes sociais.

Ambiente Lula também declarou que, se eleito, criará uma política de compensação para garantir a preservação de florestas e a redução na emissão de gases do efeito estufa. Ele, no entanto, não detalhou como o mecanismo funcionaria.

- O Estado tem de ter uma compensação, sim. E preciso que a gente crie a política de incentivo, é preciso que a gente faça um estudo profundo - afirmou Lula durante a mesma entrevista.

O petista repetiu que deve haver uma parceria com cientistas para o aprofundamento de pesquisas sobre a biodiversidade da Amazônia e a extração de produtos para indústrias de fármacos ou cosméticos, garantindo, inclusive, melhorias na vida da população local.

- A gente tem de saber a importância da Amazônia

para o mundo e o mundo tem de fazer um esforço para ajudar o Brasil a cuidar da Amazônia. A gente não abre mão da soberania da Amazônia, mas a gente sabe da importância dela para o mundo, para o clima do planeta Terra - disse o ex-presidente.

O candidato voltou a afirmar que já está provado que não é preciso "tirar" nenhuma árvore na Amazônia para plantar" soja, plantar" milho ou criar" gado".

- Temos 30 milhões de terras degradadas, de pasto, que você pode recuperar, duplicar a produção de alimento do Brasil sem precisar derrubar uma árvore - defendeu Lula.

Na tarde de ontem, ele se reuniu com um grupo de integrantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Uma carta aprovada por 500 gestores, que pede o fortalecimento dos municípios, foi entregue ao candidato. O petista informou que, se eleito, consideraria ampliar o Fundo de Participação dos Municípios.

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

# BC mantém Selic em 13,75% e não descarta nova alta

**ANDERSON AIRES** [anderson.aires@zerohora.com.br](mailto:anderson.aires@zerohora.com.br)

O Banco Central (BC) decidiu, ontem, por unanimidade, manter, pela segunda vez seguida, o juro básico do país no mesmo patamar de 13,75% ao ano. A última alta adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) foi em agosto, quando o colegiado acrescentou 0,50 ponto percentual.

Em **comunicado**, o comitê afirma que a decisão "reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a **inflação** prospectiva" e é compatível com a estratégia de buscar aproximação da meta de **inflação** para os próximos anos. Mas a instituição também deixou a porta aberta para novos aumentos da Selic caso "o processo de desinflação não transcorra como esperado".

"O comitê se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da **inflação**. (...) O comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado."

## Risco fiscal

Vice-presidente de Economia da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Vandyck Silveira afirma que a manutenção da Selic em patamar elevado ocorre diante de uma série de fatores. A incerteza sobre o combate ao risco fiscal, impulsionado por novos benefícios, no próximo ano, é um dos principais pontos nesse processo. Aumento de juros em países desenvolvidos e dificuldade de reduzir a **inflação** de maneira consistente são outros movimentos que ajudam a explicar a postura do Copom, acrescenta.

Silveira destaca que um novo aumento não ocorre diante da deflação observada nos últimos meses, mesmo que esse processo não seja generalizado:

- Essa deflação se deu principalmente pelo grito. O governo decidiu que ia reduzir **impostos** sem fazer uma **reforma tributária**. Cortou o imposto aqui, mas isso reverbera em outros pontos, como educação,

saúde e outras atividades que, principalmente, governos estaduais prestam.

Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, avalia que a manutenção da Selic em 13,75% ocorre na esteira da expectativa de **inflação** para o futuro, que permanece sem grandes alterações. Agostini destaca que o BC precisa manter equilíbrio diante das projeções para a atividade econômica:

- O Banco Central precisa calibrar a política monetária para não errar na dose e colocar a economia em uma desaceleração mais forte do que o esperado atualmente. Já que 2023 deve ter uma taxa de crescimento do **PIB** menor do que será observado em 2022.

## Corte

Silveira não vê espaço para corte na Selic em futuro próximo diante da expectativa de elevação de juros nos EUA. Isso ocorre porque os investidores consideram o país norte-americano mais seguro para aplicação. Para reverter esse cenário é necessário avançar na reforma administrativa, propor **reforma tributária** crível e contar com cenário externo mais calmo, com menos pressão da guerra da Ucrânia e das cadeias de suprimentos, segundo o especialista.

Já Agostini estima que a Selic comece a baixar no segundo trimestre do próximo ano. A antecipação desse cenário depende do cenário externo, segundo o economista. Se a desaceleração global for mais intensa do que o esperado, o BC teria de reavaliar a política monetária diante da expectativa de crescimento menor da economia no país, acrescenta.

Em nota, o presidente da Federação das Indústrias do RS (Fiergs), Gilberto Porcello Petry, comentou que a decisão do Copom é medida cautelosa na tentativa de manter as expectativas de **inflação** no Brasil, que apresentaram recuos nos últimos meses, somadas a indefinições com relação ao futuro.

Para Petry, somente a manutenção de postura responsável com as contas públicas e a continuidade de uma agenda que permita o crescimento da atividade no longo prazo vão garantir a estabilidade da economia e, como consequência, taxa de juro mais

baixa.

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

# Lula defende a taxaçoão de grandes fortunas



"Não são os pobres que estão dentro do Congresso Nacional", disse o candidato Lula, em entrevista

Na última semana de campanha antes das eleições, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a abordar propostas para a área econômica e concluiu que "chegou a hora" de taxar grandes fortunas e bancos do país. Em entrevista à 'Rádio Mix' de Manaus (AM), defendeu a medida, mais admitiu que a maioria do Congresso Nacional se opõe à aprovação da taxaçoão.

"O problema é que você tem a maioria do Congresso Nacional que não quer. Até porque a maioria que está lá é de pessoas que têm de certa forma posses, não são os pobres que estão dentro do Congresso Nacional", disse Lula.

"Essa gente não quer taxar seu próprio recurso, quando na verdade nós precisamos fazer as pessoas entenderem que pagar Imposto de Renda corretamente é fazer justiça neste país", completou.

Em meio às críticas às campanhas de Lula e do concorrente Jair Bolsonaro (PL), muito focada em pautas de costumes, na troca de ofensas e na 'guerra' de fake news, o candidato do PT falou sobre política tributária progressista, com maior contribuição dos mais ricos, da isenção de **impostos** de pessoas com salários ou ganhos de até R\$ 5 mil.

O avanço da **reforma tributária** é uma das prioridades de Lula. Seu candidato a vice, Geraldo Alckmin (PSB), anunciou a proposta para a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição a cinco **tributos**. "A reforma ajudará a economia a crescer. O Brasil será outro", postou nas redes sociais.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10658/27-10-2022.html>

# Inflação do DF no topo do IPCA-15



Arthur de Souza, Raissa Carvalho\*

Na prévia da **inflação** de outubro, o Distrito Federal está na liderança - empatado com o município de Goiânia - do ranking do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA- 15), com 0,56%. A capital do país ficou à frente das áreas metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba, as regiões avaliadas pela pesquisa.

Segundo o economista César Bergo, os dados dão uma ideia do que será a taxa oficial de outubro. "O IPCA é o índice cheio do mês, enquanto o IPCA-15 é medida do dia 15 do mês anterior ao dia 15 do atual", explica.

Para o especialista, a tendência é de que o resultado final seja semelhante ao divulgado, ontem, na prévia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Aqui, em Brasília, deu 0,56%, então, acredito que deve ficar em torno disso, 0,5%, em função do comportamento dos preços", avalia. O maior impacto positivo no IPCA-15 foi no grupo de transportes (1,21%), puxado pelo aumento nas passagens aéreas. "Subiu 37,59%.

Então, o setor de transporte teve um peso muito importante na previsão da **inflação** de Brasília. A questão da energia elétrica também influenciou.

Além disso, a alimentação também subiu", analisa César Bergo.

## Tendência

Segundo o levantamento do IBGE, depois de apresentar queda de 0,81% em setembro, o grupo de alimentação e bebidas registrou alta de 0,32% na previsão de outubro.

Isso aconteceu devido à alta nos preços das frutas, de 7,15%. Outros itens básicos subiram, como é o caso do contrafilé (2,09%) e do acém (1,8%). Essa alteração nos preços das carnes mudou a rotina na casa de Claudiana Barbosa, 74 anos. Ela reclama o custo de vida está alto no DF. "O sabão em pó aumentou absurdamente.

A verdura também.

Se não for comprada nos dias de promoção, é muito caro, subiu demais", protesta a moradora do Guara 2. Na pesquisa do IBGE, itens como o sabão em pó e líquido, batata inglesa e tomate apresentaram encareceram 20,48%, 20,68%, 26,14% e 22,21%, respectivamente.

O consultor em telecomunicações Junior Moreno, 48, comenta que, ultimamente tem limitado as compras do supermercado. "Os produtos que eu comprava antigamente, como doces e outras coisas para as crianças, estou deixando de comprar.

Levo só o básico mesmo. Antes, eu não fazia pesquisa de preços nos supermercados. Nesses últimos meses, tenho ido em vários lugares e só pegando realmente o que for essencial para a minha casa", detalha.

O economista César Bergo acredita que a tendência para os próximos meses, no DF, é de que os preços se estabilizem. "Os valores devem se equilibrar, e alguns produtos alimentícios podem baixar de preço.

Depois desse pico, a tendência é que Brasília apresente uma melhoria nesses números (da **inflação**). É o que esperamos", conclui.

\*Estagiária sob a supervisão de Guilherme Marinho

Antes, eu não fazia pesquisa de preços nos supermercados. Nesses últimos meses, tenho ido em vários lugares e só pegando realmente o que for essencial" Júnior Moreno, 48 anos

Palavra de especialista

Incertezas geradas

Há a percepção de que, historicamente, os períodos eleitorais costumam gerar algumas incertezas nos investidores e, comumente, contribuírem para o aumento da **inflação** e de indicadores importantes, tais como a cotação do dólar. A própria **inflação**

também costuma ser responsável por ajudar a gerar ainda mais incertezas, desestimulando investimentos no setor produtivo e de comércio, levando a distorções de e ao aumento do desemprego.

A retração natural do mercado e o aumento do índice de desemprego, somados ao processo de eleição, tendem a trazer incertezas aos investidores e influenciar o cenário econômico brasileiro. Destacase que a **inflação** atinge todo o povo, desde os ricos até os mais pobres, sendo esses últimos os que mais sentem as diferenças nos preços praticados e tendem a deixar de consumir os produtos. Espera-se que, apesar do momento de incertezas políticas e econômicas, as medidas governamentais de redução de **impostos** e o fim do processo eleitoral, possam restabelecer os índices de preços e a **inflação** aos patamares anteriores.

Max Bianchi, professor do curso de contabilidade do Ceub

## Variação dos segmentos

Vestuário	+1,53%
Saúde e cuidados pessoais	+1,27%
Transportes	+1,21%
Alimentação e bebidas	+0,32%
Despesas pessoais	+0,27%
Habitação	-0,01%
Educação	-0,04%
Artigos de residência	-0,41%
Comunicação	-0,53%

**Fonte:** IPCA-15 outubro/2022

## Produtos que mais encareceram

Limão	+34,47%
Batata-inglesa	+26,14%
Tomate	+22,21%
Sabão líquido	+20,68%
Sabão em pó	+20,48%
Cenoura	+19,97%
Amaciante e alvejante	+19,53%
Limpador multiuso	+13,73%
Banana-prata	+11,31%
Desinfetante	+9,36%
Detergente	+7,8%
logurte e bebidas lácteas	+7,19%

**Fonte:** IPCA-15 outubro/2022

# Um urgente plano econômico (Editorial)

Outubro de 2022 ficará marcado como um dos meses mais longos da história brasileira. As quatro semanas de intervalo entre o primeiro e o segundo turno da disputa presidencial serviram somente para interditar o debate sobre os problemas reais que o País terá de encarar no ano que vem, em especial na economia. Nem o presidente Jair Bolsonaro nem o petista Lula da Silva se prestaram a apresentar ao menos um rascunho de um programa econômico com um diagnóstico do quadro nacional, uma análise sobre as perspectivas perante o cenário externo ou propostas para encaminhar soluções estruturais para o País.

Quem vencer a eleição no próximo domingo, no entanto, não terá tempo a perder. O Orçamento é o maior e mais imediato dos problemas - e precisa ser aprovado até o fim do ano. Para além de ser a tradicional peça de ficção enviada pelo Executivo ao Legislativo, a proposta de 2023 garantiu um feito inédito: já saiu do prelo desmoralizada e sem condições de ser executada. Ela é o reconhecimento tácito da falência de um governo que se mostrou incapaz de acomodar receitas e despesas a despeito de ter rompido reiteradamente o teto de gastos.

Já nas próximas semanas, o governo eleito terá de encontrar maneiras de viabilizar o piso do Auxílio Brasil, recompor a verba do programa Farmácia Popular e reajustar o salário dos servidores, há anos sem aumento. Ainda que os investidores já tenham sinalizado ter disposição de aceitar uma licença para gastar de cerca de R\$ 100 bilhões acima do teto, o presidente terá de apresentar uma âncora fiscal como contrapartida e nomear uma equipe econômica que tenha o respaldo do mercado. Seja o retorno de metas para o resultado primário, seja a reconstrução do teto de gastos ou uma banda de metas para a dívida pública, o essencial é que o arcabouço fiscal seja crível e não maquiado por manobras, como receitas extraordinárias ou gastos excepcionalizados.

Como tal âncora precisará ser aprovada pelo Congresso, antes mesmo da posse dos parlamentares em fevereiro, o governo não pode desperdiçar a oportunidade única de retomar o papel de protagonismo do Executivo na condução da agenda legislativa. Construir uma base de apoio estável na Câmara e no Senado deve ser uma meta inadiável do novo presidente e passa, necessariamente, por acabar com as emendas de relator, símbolo da falta de transparência no manejo dos recursos públicos. De forma realista, uma boa relação com o Congresso garante não apenas a estabilidade política de um

governante, mas a aprovação de uma agenda econômica que seja liberal sem desprezar a dimensão social.

Estabelecida uma maioria parlamentar, é imprescindível priorizar as reformas e resistir à adoção de respostas temporárias e improvisadas que só adiam a solução de problemas estruturais da economia. Na área tributária, ainda que haja divergências, o entendimento quase unânime entre governadores, setor produtivo, especialistas e instituições é o de que o debate deve ser feito com base nas duas propostas em discussão na Câmara e no Senado -as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/2019 e 110/2019. O Executivo deve mirar na unificação de **impostos** e na simplificação do sistema, orientado pelo aumento da produtividade, pela redução da burocracia e pelo crescimento econômico. Diante de todas as necessidades e carências do País, reduzir a carga se torna um objetivo secundário.

A reforma administrativa tampouco pode ser menosprezada. O apoio a uma proposta que garanta maior eficiência do gasto público passa por um texto ambicioso que inclua todas as carreiras públicas. Isso exige acordos - e não embates - com carreiras do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público. O mais importante é que tal reforma se reverta em benefícios para a população, ampliando o acesso e a qualidade dos serviços públicos.

Ter um plano de ataque para reconquistar a confiança na economia é fundamental para reconstruir o País. Colocá-lo em prática, porém, demandará uma liderança capaz de resgatar a pacificação que a sociedade parece ter perdido há anos.»

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Programas preveem alteração no teto de gastos

*Murillo Camarotto, Daniel Rittner, Andrea Jubé,  
Fernando Exman e Anaís Fernandes De Brasília e São  
Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

# Próximo governo não terá "lua de mel", diz Carlos Kawall

*Lucinda Pinto De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Próximo governo não terá "lua de mel", diz Carlos Kawall

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

# Criação de empregos formais desacelera



**Fernanda Strickland**

O Ministério do Trabalho informou ontem que, em setembro, foram criados 278.085 postos de trabalho com carteira assinada no país. O resultado seguiu no campo positivo, mas foi menor do que em agosto e recuou 15% na comparação com setembro do ano passado, quando foram abertos 330 mil empregos formais na economia. Os dados são do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

Ao todo, em setembro houve 1,926 milhão de contratações e 1,648 milhão de demissões. No ano, o número de novos empregos líquidos chega a 2,14 milhões - queda de 10,8% em relação ao verificado no mesmo período de 2021, que registrou a criação de 2,5 milhões de vagas. Além disso, o salário médio real de admissão voltou a cair: no mês passado foi de R\$ 1.931,13 - 0,64% menor que em agosto.

O setor de serviços voltou a puxar a geração de empregos, com saldo líquido de 122.562 postos em setembro. O destaque ficou com o subsetores de informação e comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com saldo de 59.210 vagas no mês. O comércio veio a seguir, com 57.974 postos, seguido de indústria (56.909), construção (31.166) e agropecuária (9.474).

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, usou a pandemia da covid-19 para justificar o desaceleramento no ritmo de criação de empregos formais em setembro. "Não tem como comparar setembro com o mesmo mês de 2021, porque estávamos voltando da pandemia (no ano passado)", alegou.

Para o mestre em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Diego

Vasconcelos, os números não surpreenderam. "Já estavam nas projeções do mercado e das consultorias", afirmou. Segundo ele, a queda nas contratações em relação a setembro do ano passado se explica pelos dois momentos distintos da economia. "Os números do ano passado tinham uma tendência de reaquecimento, porque estávamos em um cenário pós-crise, em que o país estava tentando se normalizar", afirmou.

## Segurança

Cristina Sousa, 43 anos, foi contratada por uma empresa de vigilância no último mês. "Após ficar fazendo vários trabalhos isolados na área, fui chamada pela empresa. Estava desempregada desde a pandemia, pois não estava fácil arrumar um trabalho com a segurança da carteira assinada", disse. "Agora, estou me preparando para conseguir regularizar as contas, porque, antes, estava dependendo da minha mãe." Os dados do Caged são fornecidos ao governo diretamente pelas empresas, no momento em que demitem ou contratam funcionários. Eles diferem dos números levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, para calcular a taxa de desemprego no país, englobam também o mercado informal.

O analista da Levante Investimentos, Flávio Conde, observou que a geração de emprego é o indicador mais importante da economia de um país porque não afeta apenas positivamente a atividade econômica - que ganhando tração, porque as famílias podem pagar dívidas, voltar a consumir e contratar mais serviços -, mas também impacta positivamente o bem-estar social e psicológico dessas pessoas.

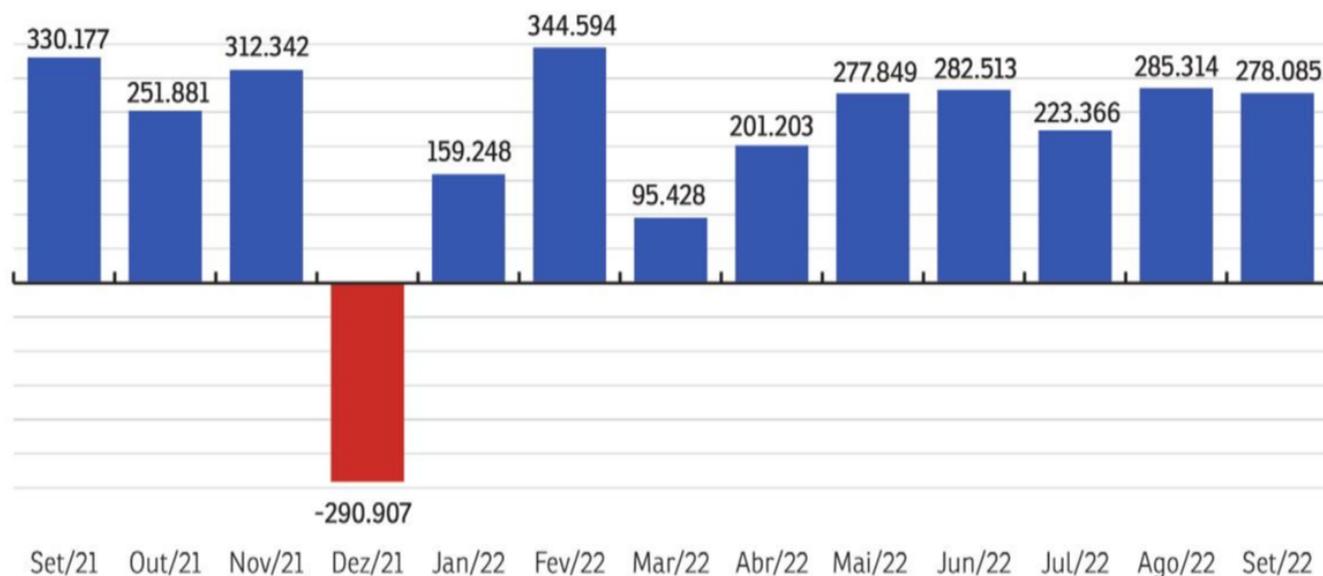
Segundo ele, a geração de 2,14 mil empregos de janeiro a setembro, apesar de menor do que em 2021, é um dado significativo, que pode impulsionar a atividade no próximo ano. "Além disso, a **inflação** deve fechar o ano em 5,6%, versus 10% em 2021. Portanto, a economia melhorou em 2022, e é difícil acreditar que o país crescerá apenas 0,63% em 2023 como o Focus projeta", afirmou Conde, referindo-se ao boletim elaborado pelo Banco Central que reúne projeções do mercado financeiro sobre a economia.

## Acomodação

Criação de vagas formais em setembro segue positiva, mas é menor do que no mesmo período do ano passado

### Número de postos de trabalho com carteira assinada criados

Mês a mês



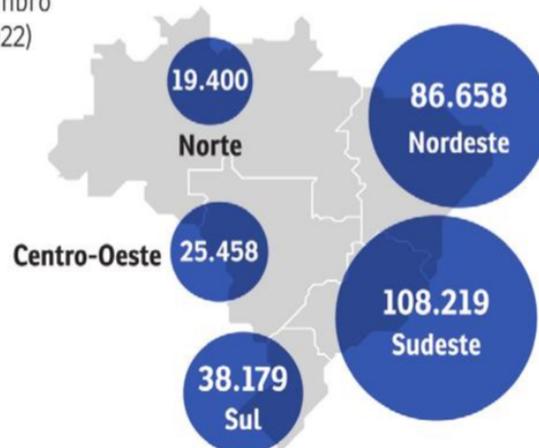
### Por atividade

Setor	Set 2021	Set 2022
Serviços	150.492	122.562
Indústria	76.618	56.909
Construção	65.112	31.166
Comércio	26.896	57.974
Agricultura, pecuária e pesca	11.059	9.474
<b>Total</b>	<b>330.177</b>	<b>278.085</b>

Fonte: Novo Caged/ Ministério do Trabalho

### Por regiões

(setembro de 2022)



# Dívida pública recua 0,5%

**RAFAELA GONÇALVES**

A Dívida Pública Federal recuou 0,5% em setembro, totalizando R\$ 5,75 trilhões. Segundo os dados, divulgados, ontem, pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi o terceiro mês seguido de queda. Em agosto, o endividamento era de R\$ 5,78 trilhões.

A retração, segundo o Tesouro, está relacionada ao alto volume de vencimentos de títulos públicos, no valor de R\$ 186,4 bilhões no mês passado. Ao mesmo tempo, a instituição emitiu R\$ 110 bilhões em novos papéis. Com isso, foi registrado um resgate líquido de R\$ 76,4 bilhões. Já as despesas com juros somaram R\$ 47,2 bilhões no período.

A reserva de liquidez, ou colchão da dívida pública, que compreende as disponibilidades de caixa destinadas exclusivamente ao pagamento da dívida e o saldo em caixa dos recursos oriundos da emissão de títulos, apresentou queda de 10% em termos nominais, passando de R\$ 1,15 trilhão, em agosto, para R\$ 1,03 trilhão, em setembro.

"O mês de setembro foi marcado por fortes ajustes nos mercados externos, em decorrência dos esforços dos principais bancos centrais em conter a inflação. Nos EUA, com inflação e mercado de trabalho ainda resilientes, os dirigentes do Fed fizeram discursos mais duros, reforçando as apostas em continuação das altas de juros", informou o relatório do Tesouro.

# O tempo nublado e o Copom - CELSO MING



**CELSO MING**

No meio da neblina, a visão do horizonte fica prejudicada, especialmente quando se trata do que o Banco Central chama de "horizonte relevante" da política monetária.

Apesar disso, a decisão tomada nesta quarta-feira foi de manter os juros básicos (Selic) nos 13,75% ao ano, dentro da aposta de que a **inflação** tende a cair para a altura dos 4,8% no fim de 2023 - segmento mais importante do tal horizonte relevante.

Como está enfatizado no **comunicado** divulgado logo após a reunião do Copom, há fortes incertezas pela frente, com potencial para puxar a **inflação** de volta para cima.

A mais importante delas é a falta de informação sobre como será a política fiscal do próximo governo. Há várias bombas de retardo já armadas.

Uma delas é o tratamento a ser dado ao financiamento do Auxílio Brasil, que os dois candidatos prometem manter. A outra são as incógnitas sobre o que será a política de definição dos preços dos combustíveis. Já há notório atraso nos reajustes dos preços da gasolina

e do diesel.

Não se sabe como evoluirá a crise energética na Europa, à medida que se aprofundar o inverno no Hemisfério Norte, nem como será o desfecho da guerra na Ucrânia, que desarticulou o fornecimento e o consumo de combustíveis e de grãos.

No mais, há uma recessão global já encomendada que, se, de um lado, pode desacelerar a alta de preços, de outro tende a reduzir a arrecadação e, nessas condições, empurrar o déficit para cima. A tendência de valorização do dólar também pode aumentar os preços internos a partir dos importados.

Embora os analistas de economia venham produzindo projeções firmes da **inflação** brasileira ao longo de 2023, não está clara sua trajetória nem como será acionada a política de juros.

Um tema que vem e volta, e que, no momento, está voltando, é o de que o Banco Central deva acionar os juros não apenas para combater a **inflação**, mas, também, para reduzir o desemprego. É o tal duplo mandato que alguns vêm pedindo e que o candidato Lula (PT) quer adotar no Brasil.

Esta não é uma boa ideia, mesmo levando-se em conta que é o regime que prevalece nos Estados Unidos. Embora formalmente o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) esteja obrigado a exercer o duplo mandato, na prática, prevalece o sistema de metas de **inflação**, que por lá é de 2% ao ano.

Mesmo com a economia bombando e com quase pleno-emprego nos Estados Unidos, o Fed manteve por muito tempo os juros à altura do zero por cento.

Banco central deve defender a moeda. A questão do emprego é objeto da política econômica do governo. Duplo mandato tende a produzir distorções.

#### Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA  
O tempo nublado e o Copom

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# 'Dólar Coldplay' batiza crise argentina

**LUCIANA DYNIEWICZ**

A notícia de que a Argentina criou o "dólar Coldplay" e o "dólar Catar" ganhou destaque na internet e atraiu a atenção dos brasileiros. A adoção de cotações mais elevadas para a moeda americana para atividades não essenciais é uma tentativa do governo argentino de controlar o acesso à divisa em meio à escassez de dólares no país.

Em alusão aos shows da banda britânica na Argentina, o "dólar Coldplay", a cerca de 204 pesos, é muito mais caro do que o de pagamento de qualquer importação de serviços. A ideia é adotar um câmbio específico para a contratação de artistas estrangeiros e para atividades esportivas com transferência a pagamento no exterior. A 300 pesos, o "dólar Catar", em referência aos gastos dos viajantes argentinos na Copa do Mundo, será aplicado ao consumo em dólares com cartões de crédito e débito, passagens no exterior e pacotes ao exterior acima de US\$ 300.

A medida vem quando as expectativas para a economia argentina voltam, mais uma vez, a se deteriorar - menos de três meses após o político Sergio Massa chegar ao Ministério da Economia.

Massa assumiu como ministro no fim de julho, após a demissão de Silvina Batakis, que, 24 dias antes, havia substituído Martín Guzmán.

"(Em julho), a Argentina estava à beira do precipício. Com Massa, foi como se nos afastássemos uns três passos desse precipício", diz o economista argentino Andrés Borenstein, da consultoria EconViews.

O político fez um reperfilamento da dívida em pesos, adiando datas de vencimento. Isso garantiu acesso a novos financiamentos internos, apesar das taxas de juros mais altas. "Ele conseguiu atenuar a crise cambial e financeira. O governo estava quase sem acesso ao mercado (financeiro). Massa adotou micromedidas fiscais e conseguiu um pouco de financiamento em dólares e pesos. O risco não desapareceu, mas a expectativa melhorou um pouco - ainda que tenha voltado a piorar recentemente", diz o economista Dante Sica, sócio da consultoria Abeceb e ministro da Produção do governo Mauricio Macri.

**DESCRÉDITO.** A falta de reservas é um dos grandes entraves do país. Sem acesso a crédito no mercado internacional por causa de calotes e da desconfiança dos investidores, a Argentina não consegue acumular

divisas.

Também por conta do baixo nível de reservas, surgiram o "dólar Catar" e o "dólar Coldplay".

Mais caros que o "dólar padrão", eles dificultam o acesso da população ao câmbio, numa tentativa do governo de manter dólares para pagar, por exemplo, a importação de energia.

O problema agora é que a expectativa de que Massa teria apoio da vice-presidente Cristina Kirchner foi diluída. Em agosto, quando o país estava à beira do caos, Cristina deu carta branca para o ministro. Agora, com a situação um pouco menos descontrolada, ela voltou a trabalhar como se fosse da oposição e a criticar publicamente a **inflação**, explica Borenstein.

Nos últimos 12 meses até setembro, a **inflação** na Argentina teve alta de 83%. No acumulado do ano, chega a 66%. O país costuma emitir moeda para bancar seu déficit fiscal, o que gera **inflação**.

Neste mês, Cristina pediu uma intervenção do governo "mais precisa" para controlar os preços, porque as empresas de alimentos "aumentaram muito suas margens de rentabilidade".

O país já adota, há quase dez anos, o programa "Preços Cuidados", em que o valor de produtos tidos como essenciais é reajustado pelo governo após negociação com associações de supermercados.

Agora, a discussão gira em torno da impressão dos preços nos rótulos.

Para Livio Ribeiro, especialista em economia internacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), a adoção de medidas mais concretas e de um plano de estabilização na Argentina será difícil enquanto o ambiente político for instável. "A ideia é sempre ganhar tempo. Mas o país está nesse ciclo há 25 anos, com pequenos interlúdios." Os economistas convergem na ideia de que não é possível implementar um plano de estabilização agora, pois não teria credibilidade, com as divisões que há no próprio governo. O presidente Alberto Fernández está desacreditado - seu nome para o Ministério da Economia (Guzmán) caiu em julho com a ajuda de Cristina.

Por enquanto, apesar da **inflação** nas alturas, a economia tem avançado com a retomada da atividade

no pós-pandemia - o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima alta de 4% no **PIB** deste ano. O nível de emprego vem se recuperando, mas com grande parte da população no mercado informal.

Essa recuperação, no entanto, começa a perder fôlego, e há sinais de que 2023 pode ser ainda mais difícil não só pela deterioração econômica global, mas também pelas condições climáticas.

Com a seca, a colheita de trigo, que começa em dezembro e segue até fevereiro, deve ser 30% menor do que o projetado.

Isso significa um volume menor para exportar e menos dólares na economia.

Sob pressão

As expectativas voltam a se deteriorar, menos de três meses após o político Sergio Massa chegar ao Ministério da Economia da Argentina

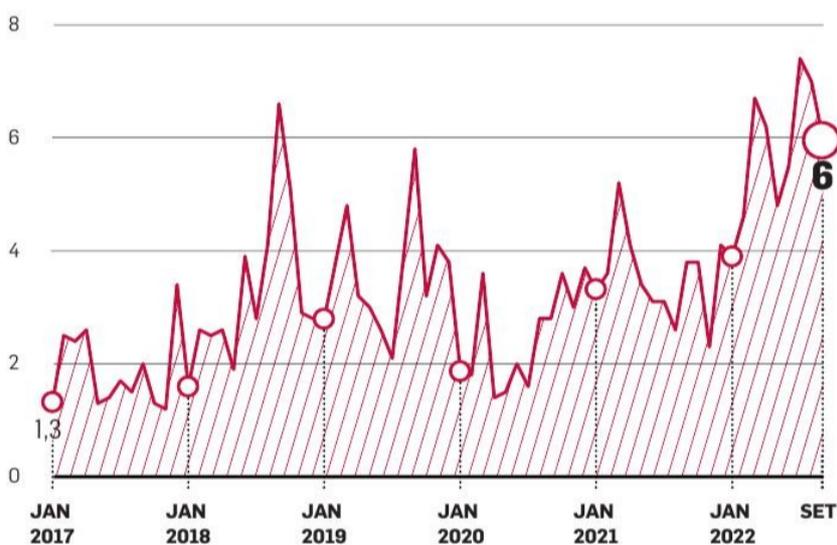
**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## NAS ALTURAS

Estimativas indicam que inflação no país pode passar de 100% neste ano

### Inflação mensal

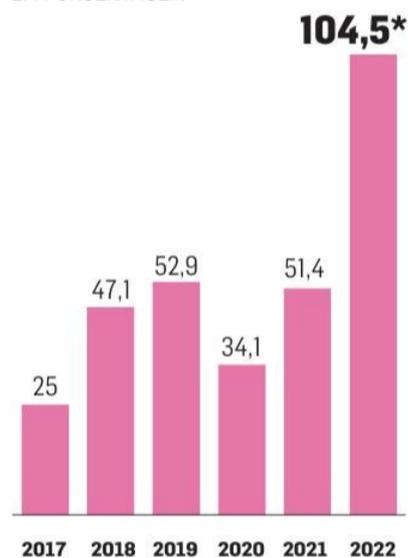
EM PORCENTAGEM



\*PROJEÇÃO DE ANALISTAS OUIDOS PELO BANCO CENTRAL DA ARGENTINA

### Inflação anual

EM PORCENTAGEM



FONTES: INDEC E BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Metas atuais de corte de emissões não bastam, diz ONU

*Daniela Chiaretti De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367?page=1&section=1)

# Com dúvidas sobre início de corte da Selic, analistas recomendam cautela

*Júlia Lewgoy De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187367](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187367)

# Previsão de inflação em outubro: Brasília registra a maior entre 11 cidades pesquisadas



**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2022/10/27/TVGLOBODF-06.43.46-06.46.20-1666865468.mp4>**